

Aspectos estruturais das cidades e suas transformações¹

Luiz de Oliveira Carvalho*



RESUMO

Analisarei neste artigo alguns aspectos da formação das cidades e suas transformações à luz de diversas abordagens marxistas. O principal aspecto no qual incidem minhas considerações é o caráter mudancista e transformacional que tem configurado o modo de ser das cidades. A complexidade que envolve os processos de transformação urbana tem desafiado os modelos teóricos de análise da estrutura social assim como a compreensão de sua formação e transformação. A fim de analisar este problema, elegi alguns enfoques marxistas que me parecem pertinentes por relacionarem permanentemente o todo e suas singularidades. Neste sentido, penso poder contribuir para esclarecer pontos essenciais da questão.

Palavras-chave: *Cidades, Marxismo, estrutura urbana.*

ABSTRACT

I shall analyze in paper some aspects related to the formation of cities and its transformation under the tenets of Marxist approaches. The main aspect which my considerations are based on has to do with the changing and transforming character which has characterized the cities way of being. The complexity involving the process of urban transformation has challenged the social structure theoretical models of analysis as well as the understanding of its formation and transformation. In order to be able to analyze this issue, I have chosen some Marxist approaches which I deemed pertinent as they permanently relate the whole and its singularities. This way, I hope to be able to contribute to shed light essential aspects of the issue.

Key words: *Cities, Marxism, urbane structure.*

As cidades constituem-se, em suas formações e transformações, num fenômeno social complexo. Um modelo teórico de análise do processo que enseja essas formações e transformações urbanas tem de mostrar-se capaz de dar conta das singularidades que são inerentes e essenciais na constituição desse fenômeno para obter êxito. Grande parte das teorias disponíveis não cumprem, entretanto, este requisito por mostrarem-se parciais, em alguns casos, e incompatíveis metodologica-

mente, em outros. Elegemos a diretriz marxista como motivo metodológico de nossas considerações por entendermos que ela oferece condições de abordar o aspecto mais renitente e refratário a todo tipo de análise estrutural das cidades. Refiro-me ao caráter mudancista e transformacional que as cidades apresentam.

Neste sentido, algumas considerações preliminares sobre o método de Marx são necessárias antes de abordar alguns aspectos

*Professor do Departamento de Filosofia e aluno do Mestrado em Natureza e Cultura na Amazônia da Universidade do Amazonas.





do problema da formação e transformação estrutural das cidades. Num sentido preciso, toda e qualquer categoria do pensamento em Marx só pode ser enfocada em conexão com os postulados do seu método.

Segundo Neto, “A análise da teoria marxiana permanece como um desafio para a cultura deste final de século” (Apud Yamamoto, 1994: 9). Escreve ainda Neto que “‘o falecido’ Marx é um daqueles mortos que mais continuam incomodando os vivos” (Idem). Outrossim, Yamamoto escreve que a análise da teoria social de Marx passa necessariamente pela elucidação do seu método, de sua original e peculiar modalidade de tratamento do que sempre foi o seu objeto de estudo: a ordem do capital.

Neste sentido, o pensamento de Marx estrutura-se numa matriz radicalmente ontológico-dialética, isto é, numa trajetória que vai de uma ontologia do *capital* a uma ontologia do *ser social*. Nesse caso, há nele uma imperiosa diretriz que não implica a autonomização do método em face da teoria do objeto investigado.

Com razão, afirma Neto que para tal empreendimento de estudar a questão do método de Marx – sabendo das colisões existentes entre as imposições epistemológicas e a perspectiva ontológica – é preciso ter coragem intelectual e política.

Para o estudo de um “pensador que descortinou a perspectiva, tão incômoda, da revolução sem utopias” (Yamamoto, 1994: 10) torna-se necessário propor uma introdução à questão do método marxiano.

Em suma, a obra de Marx apresenta diversos aspectos da questão teórico-metodo-

lógica que são de significativa relevância para a compreensão de seu projeto de elaborar uma teoria social. Sua postura metodológica pode ser delineada através de alguns dos momentos da trajetória intelectual do seu pensamento em direção a *O Capital*.

Há três maneiras pelas quais se pode interpretar a trajetória intelectual de Marx. Primeiramente, Marx teria gestado uma nova concepção de mundo durante a I Internacional. A elaboração, naquela ocasião, de uma teoria geral do ser – o materialismo dialético – acabou se desdobrando no materialismo histórico.

Essa filosofia geral, que “forneceria uma explicação coerente do ser em todas as suas modalidades” (Yamamoto, 1994: 11), foi levada às suas últimas conseqüências através de Stalin.

De outro modo, os limites impostos a Marx por sua especialização o teriam levado a uma “leitura enciclopédica”, fato que permitiria fazer recortes aleatórios na obra desse pensador para compreender sua trajetória intelectual.

Buscar, todavia, a estrutura interna de suas reflexões significaria recuperar o entendimento de Marx (e de Engels) de 1845-46 acerca da ciência da história que ele estava elaborando. Significa, sobretudo, recuperar a sua compreensão do *social* a partir da perspectiva da totalidade.

Lembra Neto (Apud Yamamoto, 1994: 11) que a concepção de Marx repousa em três pilares: o método dialético, a teoria do valor-trabalho e a perspectiva da revolução. Seu método implica, pois, uma nova forma de pensar o social, implica uma ontologia do ser social.

Se quisermos – seguindo Yamamoto – pontuar os momentos principais do projeto de Marx a fim de formular plenamente as diretrizes do seu método, apontaremos as seguintes obras como lastreadoras dessa trajetória: *Manuscrito de Kreuznach*, de 1843; *A Ideologia Alemã*, de 1845-46; *A Miséria da Filosofia*, de 1847; *Contribuição à Crítica da Economia Política*, 1857-58.

Sobre estas obras Yamamoto escreve: “O ponto que unifica estes quatro momentos da obra marxiana é justamente o tratamento dado à questão do método” (1994: 12).

Marx escreve, no prefácio da primeira edição de *O Capital*, que esta obra constituía-se na continuação de *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859. Segundo Yamamoto, “trata-se do ponto efetivo de chegada de Marx na medida em que pela primeira vez são apresentados ao público, em sua forma praticamente definitiva, os resultados da sua pesquisa que ocupou virtualmente toda a sua vida” (Yamamoto, 1994: 49).

Nos *Grundrisse*, 1857-58, Marx “julgava conveniente não trazer à tona a discussão metodológica que produziria antecipações de resultados ainda por provar” (Idem). Neste sentido, há uma necessidade de se distinguir efetivamente o método de exposição do método de investigação. Yamamoto escreve:

De acordo com Marx, o momento da investigação tem que captar com detalhes a matéria, analisar suas formas de evolução, assim como rastrear sua conexão íntima. Somente nesse momento é que se pode expor adequadamente o movimento real (Idem).

Importante chave no estudo do método de Marx é decerto a constatação de que os encontros com Hegel fazem com que a pesquisa de Marx ganhe nova inflexão no processo de constituição de sua teoria social.

Quando comparados, vê-se que Hegel se fixa na apropriação do real pelo pensamento que, assim autonomizado, transforma-se – conforme sua filosofia da história – em demiurgo do real. Ao contrário, as construções teóricas de Marx não pretendem constituir-se como produção do real – conforme ele mesmo diz – mas configuram um processo de reprodução das condições de realidade.

Em sentido restrito, o livro primeiro de *O Capital* – que é o único efetivamente preparado e finalizado para publicação pelo próprio Marx – pode ser tomado como a concretização mais clara do momento de exposição ao passo que os manuscritos anteriores, especialmente os *Grundrisse*, representam o momento da investigação. Portanto, as bases de *O Capital* são fundadas entre 1857 a 1858, principalmente com os *Grundrisse*.

Neste texto, o método da economia política é definido por Marx na terceira parte dessa obra assim:

Quando consideramos um determinado país do ponto de vista da economia política, começamos por estudar a sua população, a divisão desta em classes, a sua repartição pelas cidades, pelo campo e à beira-mar, os diversos ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc.

Parece que o melhor método será começar pelo real e pelo concreto





que são a condição prévia e efetiva; assim, em economia política, por exemplo, começar-se-ia pela população que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, numa observação atenta, apercebemo-nos de que há aqui um erro. A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes de que se compõe. Por seu lado, essas classes são uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc., O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população teríamos uma visão caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos as determinações mais simples. Partindo daqui, seria necessário caminhar em sentido contrário até se chegar finalmente de novo à população, que não seria, desta vez, a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas. A primeira via foi a que, historicamente, a economia política adotou ao seu nascimento (Marx, 1983a: 218).

Marx escreve, outrossim, que se o leitor se dispuser a segui-lo rumo a uma ontologia do ser social terá que se decidir a ascender do particular para o geral.

Neste sentido, quanto aos princípios ontológicos do pensamento de Marx, o *Grundrisse* representa um esboço que resume os problemas mais essenciais da ontologia do ser social e os métodos resultantes para o conhecimento econômico, enquanto campo central para esse nível de existência da matéria (Yamamoto, 1994: 48).

Nesse campo teórico, Saey (1978: 15-25), discutindo as razões pelas quais Claval põe em dúvida a capacidade metodológica do pensamento marxista de colocar claramente os problemas geográficos, recusa sua tese. Saey menciona que no artigo *O Marxismo e o Espaço*, Claval faz um balanço completo dos méritos e defeitos da geografia marxista tal como foi praticada pelos marxistas acadêmicos em geral e pelos geógrafos marxistas em particular.² Segundo Saey, Claval parece, todavia, ser profundamente cético quanto à capacidade da linha do pensamento marxista alcançar um entendimento adequado do fenômeno espacial.³ Com o intuito de justificar a sua atitude negativista, Claval aponta – segundo Saey – duas razões. Uma, que o alegado caráter abstrato da teoria marxista excluiria a possibilidade de incorporar o espaço concreto no sistema conceitual. Outra, que a natureza totalitária do marxismo, evidenciada pelo estalinismo ortodoxo e pela recusa de seus seguidores a entrar em debate com os não-marxistas, enfraqueceria o poder explicativo do marxismo.⁴

Em seu artigo *Marx e a pesquisa do espaço*, Saey (1978) sai, então, em defesa da legítima explicação sobre o poder explicativo do método de Marx e da utilidade do enfoque marxista para a geografia.⁵

Consideremos, pois, alguns desses aspectos estruturais que constituem as cidades e seus processos de transformações. Segundo

Oliven, as “cidades desempenham um papel fundamental no pensamento de Marx e Engels” (Oliven, 1983: 170). Na opinião desses pensadores, elas surgem – seja em sua formação, seja em sua transformação – como conseqüências, por um lado, da divisão social do trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas que se efetivam nas sociedades que nelas estão inseridas e, por outro lado, elas resultam também da luta social que nelas se desenrola assim como do processo de formação de expectativas, esperanças e da consciência que essas mesmas sociedades possam ter, e efetivamente tem, do modo de produção econômica que criaram ou que desejam criar.

Nessa linha de considerações, as cidades devem ser reconhecidas como resultados concreto-abstratos das complexas relações intrínsecas aos movimentos sociais que lhe são inerentes. Constituem, por conseguinte, resultados concretos visto que sua feição arquitetônica, fundada em argamassa, ferro e vidro, podem ser vistas com “os olhos da cara” e serem apalpadadas com as mãos. Por outro lado, entretanto, são abstratas porque as razões de sua existência somente podem ser determinadas à luz de referências conceituais. Nesse caso, para compreendê-la não basta a percepção fatural. É necessário o auxílio da análise e a concorrência da síntese.

Pode-se, pois, inferir que para o pensamento marxista em geral a compreensão dos processos de formação e transformação das cidades depende fundamentalmente da compreensão dos movimentos sociais em seu devir. Para compreender, todavia, os movimentos sociais (Vide Scherer-Warren, 1987: 11-21) que determinam a formação e transformação das cidades é necessário indicar como essenciais os seguintes conceitos:

1) a práxis, que deve ser entendida como “atividade material humana, transformadora do mundo e do próprio homem”;

2) o projeto, que representa “a determinação de um ‘fim’ para o movimento, ou seja, as metas, os objetivos, a utopia na produção transformadora do social”;

3) as ideologias, constituídas pelos princípios valorativos, pelas manifestações culturais e pelas representações de caráter classistas que orientam a práxis do grupo social e a elaboração do seu projeto; e, por fim,

4) a liderança que constitui o alvo da luta interna do grupo social visando estabelecer as diretrizes hegemônicas de organização e direção da luta social de interesses.

Sendo a cidade – por um *detour* histórico – o *locus* onde se desenvolvem as complexas relações sociais que visam suprir as necessidades materiais e culturais oriundas do grupo social que lhes é pertinente, é nela, pois, que a contradição entre campo e cidade vem a constituir-se em “um motor de desenvolvimento histórico”, pois, o “fundamento de toda divisão do trabalho desenvolvida e processada através da troca de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo” (Oliven, 1983: 173).

Neste sentido, toda a história econômica da sociedade se resume na dinâmica desta antítese. De fato, o perfil moderno das cidades, como lugar onde se dão as relações de produção, advém das antigas feiras rurais que serviram durante a formação e estruturação das cidades para criar as bases do novo modo de produção capitalista. Perfiladas inicialmente por um caráter essencialmente comercial, posteriormente as cidades tornaram-se caracteristicamente cidades industriais e pós-industriais.





Conforme Oliven:

Marx caracteriza a cidade industrial como um mercado, não só de capitais, mas também de mão-de-obra, na medida em que ela abraça a população diretamente necessária ao processo produtivo e o exército industrial de reserva requerido para comprimir os salários bem como para dispor de um reservatório de trabalhadores. Deste modo, a cidade tem uma importância decisiva para a acumulação de capitais, já que a presença de um mercado é uma exigência para a realização da mais-valia, que é diretamente proporcional à amplitude do mercado (Idem).

Oliven menciona, nesse sentido, a obra de Lefebvre *La pensée marxiste et la ville* para reiterar esta observação. Além disso, a divisão entre o trabalho manual e intelectual é acentuado de maneira visível na cidade pelo modo de produção capitalista.

Lefebvre delinea o processo assim: “Com a cidade aparece, simultaneamente, a necessidade de administração, de política em geral” (Apud Oliven, 1983: 175).

Em face a esta situação, portanto, foi que se manifestou pela primeira vez na cidade a divisão da população em duas grandes classes, a dos trabalhadores manuais e a dos intelectuais e dirigentes. Neste sentido, a cidade passa a ser o lugar da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo reduziu-se – conforme Lefebvre – ao lugar do isolamento e da segregação.

A cidade industrial capitalista passa a significar, num nível ideal, o encontro de cidadãos que compartilham uma situação

comum. Por outro lado, ela reflete as contradições fundamentais da alienação humana.

Lefebvre descreve essa contradição assim:

A oposição entre a cidade e o campo só pode existir nos quadros da propriedade privada. É a expressão mais crassa da subsunção do indivíduo à divisão do trabalho, a uma determinada atividade que lhe é importante, a subsunção que converte uns em limitados animais urbanos e outros em limitados animais rurais, reproduzindo diariamente a oposição entre os interesses de ambos (Idem).

A submissão do campo à cidade foi levada a cabo pela revolução industrial-burguesa. Na contrapartida desta revolução produziu-se, no entanto, um efeito positivo.

No *Manifesto Comunista*, Marx declara:

A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades imensas, aumentou enormemente a população das cidades em comparação com a do campo, arrancando uma grande parte da população do idiotismo da vida rural (1983b: 369).

Marx afirma, outrossim, que, ao causar a concentração da população em grandes cidades, a burguesia “ajudou a diminuir a dispersão em que vivia o camponês e o isolamento em que trabalhava o artesão” (Idem).

Não obstante esta situação de alienação dos indivíduos, a burguesia criou as condições para o desenvolvimento de uma consciência de classe nas cidades, uma vez que tais relações “favorecem o contato entre trabalhadores na mesma situação” (Idem).

Engels declara, por seu turno, em *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra*:

Sem as grandes cidades e sua poderosa influência sobre a inteligência popular, a classe operária estaria muito menos adiantada do que está (1983: 317).

Neste ponto convém observar que é no contexto das relações entre as cidades e os movimentos sociais que lhes são pertinentes que o perfil delas se define. Deste modo, se o pensamento marxista clássico privilegiou a questão da organização e direção dos movimentos sociais como sendo decisivo na determinação do perfil das cidades – é o caso da teoria da liderança em Lênin, da questão da consciência de classe em Luckacs e do papel da hegemonia em Gramsci –, o pensamento marxista contemporâneo, por seu turno, enfatiza novos aspectos na reflexão sobre a relação cidade-sociedade.

Com efeito, Dahrendorf abordou, por exemplo, esta relação cidade-sociedade de um modo funcionalista ao enfatizar o papel dos grupos em conflito na construção do social e do perfil da cidade daí decorrente. Em sua obra *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*, ele expõe seu modelo de análise. Segundo ele, “a luta dos grupos de conflitos se realiza na busca de uma alteração nas relações de forças sociais” (Apud Scherer-Warren, 1987: 83-90). Ele reconhece que os grupos sociais se organizam em torno de seus interesses objetivos para o encaminhamento de suas lutas específicas. Nesse sentido, para mudar as relações sociais e econômicas que se instituíram na sociedade e, por conseguinte, na cidade, é necessário que existam condições técnicas, políticas e sociais favoráveis. Para que os movimentos sociais estejam correlacionados funcionalmente com os traços essenciais que definem a cidade, Dahrendorf indica

a necessidade de formular-se um projeto explicitado em termos de normatividade constitucional; de funcionamento político-democrático do Estado (o perfil das cidades nos regimes totalitários ou autoritários é bem diferente do perfil das cidades democráticas); e, enfim, de existência de sistemas de comunicação social que permitam viabilizar e concretizar as idéias, os interesses e as expectativas dos grupos sociais em conflito.

Tourraine, de outro modo, em *La voix et le regards*, destaca a relevância dos movimentos sociais por serem “maneiras permanentes no coração da vida social” (Apud Birbaum e Chazel, 1977: 90), além de constituírem-se como sendo “a trama da sociedade” (Idem: 91) ou ainda como “as forças centrais que lutam umas contra as outras para dirigir a produção da sociedade por ela mesma” (Idem) ou, enfim, como “a ação de classe pela direção da historicidade” (Idem).

Não obstante, se Dahrendorf enfatiza o papel da luta pela hegemonia, pelo poder, Tourraine prioriza a *práxis* e suas determinações. Assim, as determinações dos movimentos sociais se refletem tanto numa interpretação como na outra sobre o perfil das cidades. Dir-se-ia que o perfil da cidade, nesse sentido, reflete um desenho do social dilacerado pelo “conflito daqueles que se apropriam da historicidade contra aqueles que se submetem à sua dominação e lutam por uma reaproximação coletiva desta historicidade” (Idem). Naturalmente, o domínio da classe dirigente ou dominante da historicidade tenta imprimir, à face arquitetônica da cidade, sua direção, transformando o seu domínio em ordem social, estabelecida.

Tourraine, todavia, afastando-se do determinismo econômico e aproximando-se de uma teoria da autonomia da cultura, afirma





que *hoje é no campo da cultura que se formam as principais contestações* (Apud Birbaum e Chazel, 1977: 91).

Sob o ponto de vista de suas últimas reflexões, a questão que Habermas se coloca – sobremodo em sua obra *Mudança estrutural da esfera pública* – é a da translocação do limite de separação entre a esfera pública e o privado. De fato, numa sociedade caracteristicamente burguesa – objeto de investigação de Habermas – a rua deixou de ser, por exemplo, o lugar onde o cidadão podia passear ou transitar. Com o advento da indústria automobilística, a rua tornou-se pista, isto é, lugar onde o cidadão foi substituído pelos carros. Entre a casa e a rua sobrou a calçada para o transeunte. Não obstante, mesmo a calçada está sendo “engolida” ou pela extensão da casa, ou pelo alargamento das pistas. Em suma, entre o público e o privado não há mais, sem embargo, divisor de águas. Nesse caso, não se pode classificar univocamente o que é público e o que é privado. À medida em que a rua, outrora lugar público do cidadão, torna-se – através do sistema de produção capitalista – lugar do uso de apenas alguns indivíduos, isto é, daqueles que podem ter carros, há como que um deslocamento da esfera íntima para a periferia do privado, pois agora o cidadão somente pode usufruir da rua por meio da privacidade de seu carro.

Em suma, assegura Habermas:

A esfera pública burguesa desenvolve-se no campo de tensões entre Estado e sociedade, mas de modo tal que ela mesma se torne parte do setor privado (1984: 169).

Com efeito, Habermas indica, num campo de análise estrutural da cidade – já na fronteira do pensamento marxista – que quando da formação das cidades, as ruas e as feiras marcaram o fim da representatividade pública medieval, simbolizada pelas antigas cidadelas fortificadas. Notadamente, o advento das rodovias nas cidades industrializadas e a substituição da presença humana pela presença da máquina nelas, parece indicar ortogonalmente o fim dessa mesma representatividade pública burguesa. Nesse sentido, já se fala de uma representatividade pública pós-moderna, pós-burguesa.

Não obstante estas considerações, impõe-se uma visível necessidade de analisar profundamente a natureza e a estrutura desta nova situação. Com o fim do divisor de águas entre a esfera pública e a esfera privada, como determinar se o perfil da cidade é essencialmente público ou se apenas a esfera pública foi subsumida à esfera privada?

Este é, a nosso ver, o novo desafio analítico – à luz do pensamento marxista contemporâneo – que deve ser enfrentado teoricamente com relação à cidade e à sociedade em nosso tempo.

NOTAS

1 – Este artigo resultou da revisão de um trabalho acadêmico apresentado à disciplina “A cidade e o Urbano na Amazônia” do mestrado “Natureza e Cultura na Amazônia” da Universidade do Amazonas.

2 – “Claval’s article, *Le marxism et l’espace* contains a well balanced review of the merits and the weaknesses of marxist geography as it is put into practice by marxist scholars in general and marxist geographers in particular” (Saey, 1978, p. 15).

3 – Claval seems to be highly sceptical as to the ability of the marxist line of thought to achieve a deeper understanding of spacial phenomena (Idem).

4 – There are two main reasons for his negative attitude: 1) the alleged abstract character of marxism theory, which would exclude the possibility of incorporating concrete space into its conceptual system, 2) the totalitarian nature of marxism as evidenced by stalinist orthodoxy and by the refusal of its adherents to enter into argument with non-marxist (Idem).

5 – Nesse sentido, Saey assevera que a autoridade de Althusser – a quem Claval recorre constantemente – representa uma interpretação que, para dizer o mínimo, é discutível. (In spite of the high authority of Althusser, I think that his interpretation is – to say the least – very disputable, Saey, op. cit., p. 16). Segundo Saey, Althusser resolve, pois, o problema da relação entre a lógica da teoria marxista e o curso atual da história – ou seja, o problema do fim do capitalismo e da revolução necessária – simplesmente negando a necessidade desta conexão (Althusser solves the problem of the connection between the logic attributed an operational content to the category of value and the statement “this law.. obviously at complete variance with all experiences based on observation... shows that Marx took empirical verification into account” (Idem). Saey segue, então, discutindo com Claval e outros a utilidade do método marxista para compreender o real. Afirma ele, neste ponto, que não teria tido a audácia de refutar Claval se não tivesse uma firme convicção da utilidade do enfoque marxista para a geografia (Clearly I should not have taken the trouble to refute Claval along these lines if I did not intend to demonstrate the fruitfulness of the logic-historical method in the field of geography (Idem, op. cit., p. 17).





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIRBAUM, P. e CHAZEL, F. *Teoria sociológica. O Movimento da Consciência de Classe*. Trad. Gisela Stock de Souza e Hélio de Souza. São Paulo: Hucitec, 1977.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. In: Marx/Engels. História. Grandes Cientistas Sociais (Org.). Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1983.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública – Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Interpenetração progressiva da esfera pública com o setor privado. Estudos Alemães*. Trad. Flávia R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Maria Helena Barreiro

Alves, 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1983a (Série Novas Direções).

MARX, K. *Manifesto comunista*. In: Marx/Engels. História. Grandes Cientistas Sociais (Org.). Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1983b.

OLIVEN, G. R. “Marx e as cidades”. In: *Por que Marx?* São Paulo: Paz e Terra, 1983.

SAEY, P. “Marx and the studies of space”. In: *L'Espace Geographique*, nº 1, 1978, Paris.

SCHERER-WARREN, I. *Movimentos Sociais. II Componentes dos Movimentos Sociais*. 2ª ed., Florianópolis: Edufsc, 1987.

YAMAMOTTO, O. H. *Marx e o método*. São Paulo: Moraes, 1994, 76 p.

